

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres



NEWSLETTER

Abril 2011



Foto: Sofia Pilhal

A história, a nossa memória colectiva e os feriados marcam os maiores eventos na luta do homem pela sua liberdade e igualdade, mas muitas vezes esquecemos das mulheres. O 25 de Abril abriu o caminho para que os feminismos, as mulheres e os seus movimentos possam começar a atingir os seus objectivos na luta pela liberdade e igualdade das mulheres e o respeito dos seus direitos humanos. Esta luta tem sido uma caminhada longa e dura. Nós, mulheres, não podemos esquecer tudo que temos a agradecer a todas que têm estado nessa luta, há inúmeras coisas que hoje em dia consideramos normal, mas que têm sido conquistas dos feminismos no último meio-século: Podemos votar e ser eleitas, temos a Lei da Paridade para assegurar a presença feminina na Assembleia da República. Podemos estudar e trabalhar na área que quisermos sem pedir a permissão do nosso pai ou marido. Podemos ter conta no banco e propriedade nos nossos próprios nomes, sem tutela masculina. Somos donas dos nossos corpos, das nossas mentes e dos nossos destinos e temos a Lei no nosso lado caso alguém agir no sentido contrário. Se casarmos, os nossos direitos civis não desaparecem atrás dos direitos dos nossos maridos e caso o casamento não resultar, no divórcio temos os mesmos direitos que os homens. Podemos ler os livros que quisermos sobre o tema que quisermos e sonhar sobre qualquer futuro... A lista é longa, mas a conclusão é única: graças aos feminismos e às feministas se uma mulher hoje em dia olhar para o espelho, vê um ser humano adulto e integral, e não a menor que aparecia antigamente, a menor que precisava de controle e tutela masculina. O 25 de Abril abriu este caminho, mas agora, 37 anos depois, ainda temos um bom bocado dessa luta pela igualdade a nossa frente: a violência de género, as diferenças salariais, a discriminação em vários níveis, a falta de respeito pelos direitos humanos das mulheres, o número baixo de mulheres nas posições de tomada de decisão... Mais uma lista longa. Há que celebrar a liberdade e a igualdade, mas sem esquecer de tudo que resta para atingir!



PLATAFORMA PORTUGUESA
PARA OS DIREITOS
DAS MULHERES



Edição:
Nora Kiss

Revisão:
Margarida M. Martins



INTERNACIONAL

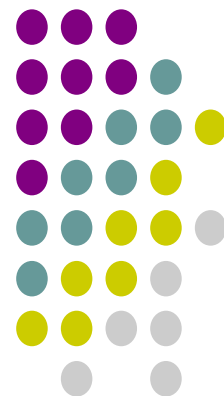
Na **Tunísia**, após a revolução de jasmim que deu início às transformações no mundo árabe, foi votado quase por unanimidade pela Alta Instância para a Realização dos Objectivos da Revolução a paridade como parte integral da nova Lei Eleitoral que entra em vigor pela primeira vez nas eleições para a Assembleia Constituinte (a ter lugar a 24 de Julho). Por consentimento de todos os partidos, desde os islamitas até ao partido comunista, os partidos têm que nomear nas listas eleitorais o mesmo número de mulheres que homens com lugar alternados, implementando uma paridade verdadeira de 50-50%. As listas que não cumprem esta regra, serão consideradas inválidas. Mesmo apesar desta Lei Eleitoral revolucionária e sem contrapartida no mundo árabe, a paridade completa na Assembleia não vai ser atingida, porque nos distritos eleitorais a maioria dos candidatos serão homens. Para saber mais sobre a história do papel das mulheres na sociedade tunisina, encontre o artigo de Augustin Jomier [aqui](#).

Milhares de **mulheres foram para as ruas no Lémen** para protestar contra os comentários do Presidente Ali Abdullah Saleh. No seu discurso na sexta-feira ele disse que as mulheres que participem nas manifestações, em conjunto com os homens, agem contra as normas tradicionais do país. Segundo ele a cultura do Lémen e do Islão proíbe às mulheres de estar no mesmo espaço com homens que não são parentes. Segundo a activista Riofa Nasser, muitas mulheres, até esta afirmação do Presidente, evitaram as manifestações, mas depois este ataque verbal, vão continuar os protestos até o Presidente renunciar o seu cargo. Mais informação [aqui](#).

EUROPA

A 5 de Abril o Parlamento Europeu adoptou uma [Resolução](#) sobre a prioridade da definição de um **novo quadro político comunitário na área da combate à violência contra as mulheres**. Segundo a resolução o Parlamento Europeu tem o objectivo de classificar a violação e outras formas de violência sexual como crimes em toda a União Europeia, que levam a julgamento automático e combater a violência de género. A resolução afirma que as cidadãs europeias não têm a mesma protecção contra a violência masculina nos diferentes países da União Europeia, a legislação, a política e a eficácia varia de país em país. Todos os países membros têm que reconhecer a violação e a violência sexual como crimes, também, quando ocorre no casamento ou numa relação íntima informal. Os estados membros têm, também, que assegurar que estes crimes levem a julgamento automático, sem nenhuma referência a práticas tradicionais, religiosas ou culturais como factores atenuantes. Mais informação [aqui](#).

A 5 de Abril de 2011 foi aprovada pelo Parlamento Europeu em Estrasburgo a [Resolução](#) sobre o **Papel das Mulheres na Agricultura e nas Zonas Rurais**. A igualdade de género tem que ser um elemento chave da reforma da política agrícola comum da União Europeia, visando o crescimento sustentável da economia. A Resolução visa garantir protecção social e benefícios de maternidade às mulheres agricultoras.



EUROPEAN WOMEN'S
LOBBY
EUROPÉEN DES FEMMES





A 7 de Abril a Comissão de Ministros do **Conselho da Europa** adoptou a nova [Convenção sobre a Prevenção e a Combate contra a Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica](#). Esta [Convenção](#) é o primeiro instrumento juridicamente vinculativo no mundo que cria um quadro jurídico abrangente para prevenir a violência, proteger as vítimas e para acabar com a impunidade dos agressores. Define e criminaliza as várias formas de violência contra as mulheres (incluindo o casamento forçado, a mutilação genital feminina, assédio, violência física e psicológica e violência sexual) e, também, prevê a criação de um grupo internacional de peritas/os independentes para monitorar sua implementação ao nível nacional. A Convenção será aberta à assinatura em Istambul, a 11 de maio de 2011.

A 5 de Abril a Comissão Europeia adoptou um [Livro Verde](#) sobre “corporate governance” na União Europeia que lançou uma [consulta pública aberta a partir da 5 de Abril até a 22 de Julho de 2011](#). O **Livro Verde e a consulta pública sobre “corporate governance”** levantam questões como a quota para aumentar o número de mulheres nos conselhos de administração das empresas. A Comissão Europeia chama @s cidadãos/os, as ONGs e as autoridades públicas a enviarem os seus contributos, ideias e opiniões sobre este tema.

Na França está a ser discutido a possível implementação do **modelo sueco** em relação à prostituição: a penalização das pessoas que compram estes “serviços” e não das pessoas que vendem. Leia aqui o [Comunicado a Imprensa do CLEF](#), a Representação Francesa do Lobby Europeu das Mulheres.

A **Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia** é juridicamente vinculativa há mais de um ano, em primeiro lugar para as instituições da UE (Parlamento Europeu, Conselho e Comissão Europeia), quando elaboram nova legislação europeia, mas também para as autoridades nacionais, quando aplicam o direito da UE. Como parte dos seus esforços para fazer dos direitos fundamentais uma realidade para as/os cidadãs/os da UE, a Comissão Europeia apresenta um [primeiro relatório](#) sobre o modo como a [Carta](#) está a ser aplicada. O relatório anual sobre a aplicação da Carta revela que os direitos fundamentais são importantes numa vasta gama de políticas – da protecção de dados à imigração e asilo – e que o interesse do público pela Carta é elevado. No entanto, o relatório vem igualmente sublinhar que a Carta é frequentemente mal interpretada. Em 2010, a Comissão recebeu mais de 4000 cartas de cidadãs/os a propósito dos direitos fundamentais. Cerca de três quartos dessas cartas diziam respeito a situações que o direito da UE não abrange. Além disso, segundo um inquérito recente do Provedor de Justiça Europeu, [72 % dos europeus não se sentem bem informados acerca da Carta](#). O relatório é um primeiro passo para enfrentar estes desafios, clarificando quais os casos a que a Carta se aplica. Deste modo se facilitará o acesso dos cidadãos à justiça. O relatório ajudará os cidadãos a determinar a quem se devem dirigir caso considerem que os respectivos direitos fundamentais foram violados por uma instituição da UE ou autoridade nacional. Por conseguinte, este relatório anual faz parte da [estratégia da Comissão para garantir a aplicação efectiva dos direitos fundamentais](#), a fim de que as pessoas os possam fazer valer na prática.

O Trio da Espanha, Bélgica e Hungria na Presidência da União Europeia e a Polónia assinaram uma [Declaração](#) sobre a importância da **conciliação da vida profissional e privada** na resposta aos desafios das mudanças demográficas e em alcançar os objectivos da Estratégia Europa 2020 em relação ao emprego e a luta contra a pobreza.





Na UE, 77% dos jovens dos 13 aos 16 anos e 38% das crianças dos 9 aos 12 anos têm perfil registado num sítio de rede social (SRS), de acordo com um inquérito pan-europeu realizado para a Comissão Europeia. Acresce que **um quarto das crianças que utilizam sítios de redes sociais**, como Facebook, Hyves, Tuenti, Nasza-Klasa SchuelerVZ, Hi5, Iwiw ou Myvip, afirma que o seu perfil foi definido como «público», o que significa que qualquer pessoa o pode ver; muitos destes perfis indicam o endereço e/ou o número de telefone. Os dados apurados sublinham a importância da próxima avaliação, pela Comissão Europeia, da aplicação dos princípios para tornar as redes sociais mais seguras na UE. Este acordo teve como mediadora a Comissão em 2009 (IP/09/232), altura em que as principais empresas de redes sociais aceitaram aplicar medidas para garantir a segurança em linha dos seus utilizadores menores de 18 anos. A segurança em linha das crianças é um elemento importante da Agenda Digital para a Europa (ver [IP/10/581](#), [MEMO/10/199](#) e [MEMO/10/200](#)).



PORTUGAL

Proposta da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres para o **Orçamento Participativo de 2011-2012 da Câmara Municipal de Lisboa**: [Proposta nº124: Quiosque da Igualdade](#): Conhecendo o gosto d@s Lisboetas pelos quiosques e jardins amplamente frequentados, propomos a criação do Quiosque da Igualdade, junto de um Quiosque já existente ,para animação das tardes e noites Lisboetas, subordinada ao tema dos Direitos Humanos, uma vez que é um tema pouco abordado e lapidar para a cidadania. O Quiosque da Igualdade é um projecto aberto à participação de todas as Associações/ONGs de DH/IG com sede em Lisboa.

A temática da Igualdade de Género, como parte inalienável dos Direitos Humanos, como outras, está demasiado confinada a recintos de quatro paredes. Chegou a altura dos Direitos Humanos irem ao encontro das pessoas, de uma forma dinâmica e com proximidade, para que esta temática faça parte do seu quotidiano tal como o café que optam por beber no quiosque do lado.

Propomos a criação de um **quiosque temático sobre Igualdade de Género e Direitos Humanos**, paralelo a outros de restauração já existentes, gerido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. um espaço de convivência para @s residentes de Lisboa que, juntando o útil com o agradável, disponibiliza rede wireless gratuito criando, para @s estudantes, freelancers e cibernautas, um óptimo espaço de trabalho nos dias de sol e um óptimo espaço de divulgação e sensibilização para as organizações da sociedade civil na área dos direitos humanos e igualdade de género.

Onde? Num jardim ou miradouro amplamente frequentado, onde o maior número de lisboetas pode desfrutar da programação e dos serviços do Quiosque. Por ordem de opções: 1) Miradouro São Pedro de Alcântara (Encarnação); 2) Jardim do Príncipe Real (Mercês); 3) Miradouro das Portas do Sol (Santiago), disponível ara tod@s @s transeuntes que se passeiem pelas tardes e noites Lisboetas, para aquel@s que optam por uma bebida e aperitivos no quiosque vizinho e que passem pelo Quiosque da Igualdade, para tod@s @s interessad@s na animação que o Quiosque proporcionará e na temática que lhe subjaz.

Disponibilizando, em redor do quiosque, mesas e cadeiras, para que as pessoas possam estar comodamente sentadas naquele recinto ao ar livre. Ao disponibilizar ligação gratuita à Internet, através de uma rede sem fios, estaremos a proporcionar a estudantes, trabalhadoras/es e simples cibernautas um espaço onde poderão passar as suas tardes, em vez de confinad@s às suas casas e/ou locais de trabalho. Nesse espaço, estará disponível documentação pertinente e disponibilizada gratuitamente sobre os Direitos Humanos e Igualdade de Género e estará em permanente exibição informação pertinente num ecrã de TV. Um sistema de som permanente passaria música feminista/de intervenção social/do mundo. A animação temática estará a cargo das Associações/ONGs de Direitos Humanos e Igualdade de Género com sede em Lisboa que, cumprindo um calendário acordado entre todas, disponibilizariam os seus recursos neste sentido. A animação dará ênfase às artes, como a performance, o teatro, a música e a pintura.

Encontre a descrição do projecto [aqui](#) e segue o desenvolvimento do projecto e participe no [Facebook!](#)





RECURSOS

[Carta de Solidariedade com a Luta das Mulheres no Mundo](#) - redigida durante o Fórum Social Mundial em Dakar, a 11 de Fevereiro de 2011, assinada por várias organizações de mulheres do mundo inteiro.

Reyes Maroto, Asunción Candela, Carlos-Mulas Granados: [Mujer y economia sostenible: Balance y perspectivas](#), Fundación Ideas para el Progreso, DT01/2011

[Global Report on the Status of Women in the News Media](#), Carolyn M. Byerly, International Women's Media Foundation

[Discurso](#) de Michelle Bachelet, Directora Executiva da ONU-Mulheres, na Assembleia Nacional francesa a 23 de Março de 2011 sobre as prioridades da ONU-Mulheres.

[European Handbook on Non-Discrimination Law](#), Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, Agência da União Europeia pelos Direitos Fundamentais, 2011

[Edição 1//2011 do boletim da Coolabora](#), organização membro da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, dedicado ao tema da Violência Doméstica

[Homophobia, transphobia and discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity](#) 2010 Update Comparative legal analysis, Agência Europeia pelos Direitos Fundamentais

[Gender and development](#) - Abril/2011, Publicado por: Oxfam e Taylor&Francis

[2011 Barbara Faye Waxman Fiduccia Papers sobre Mulheres e Raparigas com Deficiência](#), publicado pelo Center for Women Policy Studies

[Os Direitos das Mulheres e das Crianças](#): Fazer a Ligação, UNICEF e UNFPA

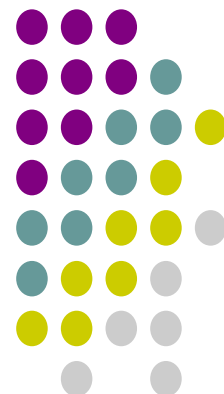
[Newsletter de Abril](#) da Comissão FEMM do Parlamento Europeu.

Relatório da Associação para a Pesquisa e Desenvolvimento na Justiça Criminal: [Mulheres na Justiça Criminal](#), 2010

Population Reference Bureau: [As Mulheres e as Raparigas no Mundo, 2011..](#)

Initiative For Quiet Diplomacy (IQD), "[SCR 1325 And Women's Participation: Operational Guidelines For Conflict Resolution And Peace Processes](#)", Outubro de 2010

UNIFEM Brief - [What Does it Cost? Putting a Price Tag on Gender Equality](#) (2011)





CONFERÊNCIAS

- 5–7 Maio 2011: [Cimeira Global das Mulheres](#), Istambul
- 6 – 9 July 2011: Encontro [“Naming and Framing: The Making of Sexual \(In\)Equality”](#) organizado pela International Association for the Study of Sexuality, Culture and Society (IASSCS).
- 6- 8 de Julho de 2011: [Conferência Internacional de Desenvolvimento Comunitário, Liderança Transformativa e Empowerment Comunitário](#), Fudação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- 7-8 de Maio 2011: [Grosse Freiheit?](#) Conferência sobre Prostituição, a Indústria do Sexo e o Tráfico de Seres Humanos, Copenhagen
- 17-18 de Maio 2011: [Segundo Fórum Internacional de Mulheres Empresárias](#), Qatar

SEMINÁRIOS, TERTÚLIAS E WORKSHOPS

- 9-10 de Junho 2011: Academy of European Law: [Victims of Crime in the EU](#) - The Post-Lisbon Legislative Agenda, Trier
- Pós-Graduação [“Crimes Sexuais e Profiling”](#) Data: Início a 7 de Maio; Local: Porto.
- [Acção de formação piloto PACT](#): Promoting Awareness and Cooperation in the Field of Domestic Violence, Associação das Mulheres contra a Violência
- 4-8 de Julho 2011: [Formação sobre Género no Norte e no Sul](#): O Mundo segundo as Mulheres

PROPOSTAS E CANDIDATURAS

- Participações: [Motherhood Initiative](#)—várias temas e assuntos.
- Call for Proposals: 11th [International Women’s Health Meeting](#): Bruxelas, 13-17 de Setembro 2011 (prazo: 30 de Abril)
- Call for Proposals: [AWID 2012: Fórum Internacional sobre a Transformação do Poder Económico para o Avanço dos Direitos das Mulheres e a Justiça](#) (prazo: 27 de Março)



PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

Para mais informação sobre a Plataforma e a área dos direitos das mulheres visite o nosso [site](#) ou segue nos no [Facebook!](#)

www.plataformamulheres.org.pt

www.facebook.com/plataforma.mulheres



EUROPEAN WOMEN'S
LOBBY
EUROPÉEN DES FEMMES

